

Estado, poder e classes sociais no Brasil – novas e sólidas tradições de pesquisa

Virgínia Fontes

Muitos são os motivos de minha emoção e enorme satisfação em prefaciar este livro. Pedro Henrique, de meu orientando no doutorado, tornou-se um amigo pessoal. Muitos elos nos ligam – inclusive alguns que desconhecíamos quando iniciamos nossa relação de orientação. Descobrimos caras amizades comuns ao longo de nossa convivência, em especial Isabel Brasil, André Bueno e Leo, meus recentes e queridos amigos, cuja história integra a vida de Pedro Henrique desde sua infância. Consolidando essa feliz coincidência, ganhei ainda a amizade de Marina e, em breve, da pequena Letícia.

Para além do afeto, o trabalho do já maduro historiador Pedro Henrique Campos participa de – e enriquece – uma das mais importantes linhagens de pesquisa em História da Universidade Federal Fluminense, dedicada à elucidação das formas históricas concretas de constituição do Estado brasileiro. Um pequeno mas valente grupo de historiadores da UFF, levando a sério suas matrizes teóricas – em especial aquela lastreada em Antonio Gramsci – vem, há alguns anos, se debruçando sobre a estreita e já antiga correlação entre sociedade civil e sociedade política. Hoje já constituem um significativo acervo de pesquisa com a participação de docentes de diversas universidades do país.

Pesquisadores incansáveis de arquivos dos mais variados tipos, estabeleceram mapeamento cuidadoso, com enorme volume de fontes, e identificaram uma grande rede de entidades associativas empresariais e sua precoce e intensa penetração junto ao Estado brasileiro (tomado em sentido restrito), exigindo uma revisão profunda numa historiografia que ainda supõe um Estado “acima e fora” da sociedade.

A construção desse viés importantíssimo de pesquisa teve dois pólos distintos que, por um período breve, se encontraram na UFF. O primeiro deles resulta de pesquisa empreendida pelo cientista político René Armand Dreifuss, quando ainda atuava na Universidade Federal de Minas Gerais, que resultou no livro *1964: a conquista do Estado*, publicado em 1981 pela Editora Vozes. Trazendo a leitura de Gramsci para o solo concreto das relações sociais, René Dreifuss analisou estupendos – pela vastidão, pela qualidade e pela coerência - acervos documentais, estabelecendo de maneira cabal a íntima participação do empresariado brasileiro, através de suas variadas entidades organizativas, na preparação do golpe de Estado de 1964. Seu livro apresenta

minuciosamente como se coligaram empresários e suas entidades aqui forjadas a seus pares e entidades estadunidenses, associando-se ainda a setores das Forças Armadas em impressionante ativismo voltado para a interrupção da experiência democrática então em curso.

Mais do que isso, Dreifuss demonstra – com farta documentação – como tais conspiradores-golpistas implantaram-se nos postos estratégicos de poder imediatamente após o golpe de Estado, embora não tenham perpetrado diretamente o golpe. Irônica e tristemente, uma certa historiografia revisionista contemporânea, inaugurada por Cheibub (1993) compraz-se em acusar de maneira aligeirada Dreifuss de utilizar teorias conspirativas! Seria cômico, se esse expediente não contribuísse fortemente para velar as relações e os processos históricos reais, cujos personagens e entidades não apenas conspiraram, mas exerceram e sustentaram diretamente uma duríssima ditadura, personagens que em muitos casos infelizmente ainda povoam nossa vida política, institucional e social. Tal historiografia revisionista pretende substituir as lutas concretas da vida real por um ideário narcotizante, atribuindo a um suposto “desapego à democracia” compartilhado por todos no pré-1964 as razões últimas do golpe. Ora tal argumento ou razões, em última análise, justificam os que de fato deram golpe e os eximem, *ipso facto*, das conspirações que os próprios agentes históricos reconhecem. Diversos autores e pesquisadores vêm realizando uma crítica fundamentada e sólida a tais interpretações, como Marcelo Badaró Mattos (2005, 2008) e Demian Melo (2013), dentre outros. René Dreifuss se transferiu posteriormente para a UFF, onde criou o Núcleo de Estudos Estratégicos-NEST, do qual tive a enorme satisfação de participar. Faleceu precocemente em 4 de maio de 2003, há exatamente 10 anos.

Por um viés mais estritamente historiador, um segundo grupo de professores e pesquisadores da UFF também refinava instrumentos metodológicos a partir das contribuições teóricas de Antonio Gramsci. A pesquisa de longo fôlego de Sonia Regina de Mendonça (1997) consolidava uma metodologia cuidadosamente elaborada e adequada a seu arsenal teórico, e geraria importante dilatação das análises no tempo. Sonia Regina pesquisava as origens de algumas instituições estatais e descobria sua estreita proximidade com entidades associativas – aparelhos privados de hegemonia – num território até então considerado apenas o "reino do arcaico", como o da agricultura supostamente decadente. Para além de formuladora de uma análise histórica de novo tipo, Sonia Mendonça teria importante papel formador, o que se verifica pela enorme quantidade de pesquisas que realizou e divulgou, com mais de 20 livros publicados (e enorme quantidade de artigos em periódicos) analisando cuidadosamente mais de um século de história das relações entre Estado, Sociedade Civil, intelectuais e classes dominantes agrárias no Brasil. Para além da pesquisa, Sonia também atuou ativamente na docência, orientou uma infinidade de pesquisas na graduação e pós-graduação, além de participar em bancas e em diversos grupos de pesquisas. Como boa gramsciana, atuava na produção do conhecimento e na persuasão.

Por caminhos diversos pois, a UFF abrigou uma formidável geração intelectual, de base gramsciana, que não se dobrou aos modismos e vem assegurando uma importante linhagem de estudos sobre as bases do poder no Brasil, lastreada em exaustivas pesquisas documentais: as entidades de classe dominante em diversos momentos históricos, suas relações com o Estado, as disputas entre frações dominantes e as variadas formas de subordinação imposta aos dominados seja pela truculência, seja pelo convencimento. Abriu-se assim um novo panorama e uma nova perspectiva analítica, que vai muito além dos simplismos que predominavam na análise do Estado brasileiro. Os estudos sobre a burguesia brasileira e as condições de sua hegemonia encontraram um terreno sólido, rigoroso, não laudatório nem conformista.

É nessa tradição que ingressou Pedro Henrique Pedreira de Campos. Tendo pesquisado no mestrado, sob a orientação de Theo Lobarinhas Piñeiro, ali aprendeu o laborioso trabalho do levantamento rigoroso e exaustivo de fontes, bem como as bases teóricas que perseguiria doravante (Campos, 2010). Pedro integrou-se aos diversos grupos e laboratórios comprometidos com essa tradição gramsciana, dela participando ativamente.

No presente livro, fruto de sua tese de doutoramento, Pedro avança no tempo e situa sua análise no século XX, para investigar outro setor da burguesia brasileira –o da construção civil e os grandes empreiteiros. Vício de historiador, vasculha as origens empresariais mas não para por aí. Avança resolutamente na documentação e no tempo para decifrar a constituição de extensa rede de aparelhos privados de hegemonia coligando seus diversos segmentos e frações, com maior ênfase para a consolidação de grupos empresariais extremamente concentrados e sua participação nessas diferentes entidades. Evidencia, portanto, não apenas uma proximidade direta das empreiteiras com o Estado restrito – como repete, não sem razão, o senso comum no Brasil – mas, como sugere Gramsci , avança para além do senso comum, ao identificar de maneira detalhadamente comprovada uma complexa teia de interesses privados tecidos por fora e por dentro do Estado, com um grau muito maior de complexidade do que a simples tradução imediata da propriedade em poder político.

Dentre os múltiplos sentidos possíveis atribuíveis às “estranhas catedrais”, o que mais me atrai é o que permite pensar essa teia complexa que amarra o novo ao arcaico, num formato desigual e combinado característico e seletivo. Estranha catedral luxuosa e acolhedora para as classes dominantes e suas entidades, gelada e árida para a grande maioria. Modernas entidades associativas empresariais, forjando intelectuais orgânicos preparados e coligados, entremeiam o Estado brasileiro. Conservam razoável autonomia frente a ele e elaboram suas próprias pautas, mas integram-se nele através de malhas capilarizadas, a partir das quais defendem seus interesses corporativos frente aos demais setores burgueses e às reivindicações dos trabalhadores. Estamos longe dos anéis burocráticos quase mecanicistas propostos por Fernando Henrique Cardoso, ou do

patrimonialismo vago que perpassa uma certa historiografia que, com ar denunciador, refugia-se na preguiça da investigação, silenciando sobre as condições reais das bases do poder burguês no Brasil. Para essa mesmice intelectual, uma proeminência peculiar é atribuída ao Estado brasileiro, que o converte em sujeito histórico *sui generis* do processo histórico. Tal operação externaliza e separa o Estado das relações sociais, acabando por obscurecer e quase apagar o protagonismo real das classes sociais em seu *modus operandi* característico: entidades associativas empresariais estão presentes na própria tessitura da constituição estatal. Estamos também longe da suposição de um Estado que seria instrumento direto da manipulação corporativa ou proprietária de alguns isoladamente: as disputas intra-classe dominante imprimem uma configuração caracteristicamente burguesa ao Estado brasileiro, enquanto a repressão seletiva sobre os subalternos reitera seu viés arcaico. Uma perversa seletividade de longa duração favoreceu a multiplicação de entidades empresariais enquanto impôs longo e brutal bloqueio à associatividade dos trabalhadores.

Assim, começamos a entrever uma ossatura institucional tecida por conflitos entre diversos setores burgueses que disputam palmo a palmo o predomínio dentro da ordem, eventualmente apelando para os trabalhadores e setores populares e, mais frequentemente, unindo-se contra eles. Muito há ainda por fazer nessa tradição ainda recente: é preciso unificar as múltiplas e variadas pesquisas que vasculharam muitas entidades empresariais, pesquisaram o fortalecimento de grandes conglomerados brasileiros e associados, assim como identificaram uma contínua e consistente formação de intelectuais orgânicos, muitas vezes realizada com recursos públicos, para a expansão das relações sociais capitalistas em diferentes âmbitos. A configuração do Estado brasileiro se torna mais clara: ele é institucionalmente organizado para assegurar porosidade extrema para a penetração de tais intelectuais das ordem, que argumentam pela técnica e pelo mando, favorecendo a conversão de seus interesses particulares em “questões nacionais”, em “questão de ordem policial” e, até mesmo, em “segurança nacional”.

Trazer à frente da cena os empreiteiros das grandes obras da construção civil, e apresentá-los imersos nessa intrincada teia de entidades associativas é o enorme mérito deste livro. Mais ainda, trazê-los quando se imbricam de maneira ostensiva com o Estado resultante do pós-1964 é mais uma demonstração – cabal e irrefutável – do perfil empresarial-militar daquela ditadura. Muito de nossa história recente, inclusive a constituição de grandes multinacionais brasileiras, encontra suas raízes naquele período sombrio. Este é portanto um livro polêmico e corajoso. Deixemos ao leitor, que desbravará essa história conduzido pela mão firme de Pedro H. P. Campos, a comprovação do que assinalamos acima.

Para concluir, gostaria de acrescentar que foi – e é – um enorme orgulho ter partilhado de uma parcela da trajetória da formação de Pedro H. P. Campos. Pesquisador tarimbado e consistente, Pedro foi um aceso debatedor das grandes questões frente às quais nos debruçamos ao longo de seu

doutoramento. Já sinto saudades do tempo em que ele frequentava as nossas reuniões do GTO- Grupo de Trabalho e Orientação, nas quais imprimiu sua marca inteligente e ativa, mas sei também que o mais importante daqueles encontros é o que levamos por toda a vida como amizade e carinho, como compartilhamento de referências teóricas e historiográficas, como curiosidade aguda e aberta para o desvelamento de nossa realidade. O jovem professor e pesquisador Pedro H. P. Campos tem vôlei próprio e seguro.

Rio de Janeiro, maio de 2013

Referências bibliográficas:

Campos, Pedro H. P. *Nos caminhos da Acumulação - Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. São Paulo, Alameda, 2010.

Cheibub, A. *Democracia ou Reformas – Alternativas democráticas à crise política – 1961 a 1964*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1993.

Dreifuss, René Armand- *1964: a conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981. A esta primeira e genial obra, se agregaram ainda *Internacional Capitalista* (Espaço & Tempo, 1986); *O Jogo da Direita na Nova República* (Vozes, 1989); *Política, Poder, Estado e Força - Uma Leitura de Weber* (Vozes, 1993) e *A Época da Perplexidade* (Vozes, 1996).

Mattos, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia”. In: *História e Luta de Classes*, Ano 1, n. 1, abril de 2005

Mattos, Marcelo Badaró. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”, *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, São Paulo, jan./jun. 2008.

Melo, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutoramento, História/UFF, 2013, especialmente p. 8-47.

Mendonça, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997.